

Tamara Tania Cohen Egler*

ESPAÇO SOCIAL E POLÍTICA URBANA GLOBAL

O ESPAÇO deve ser compreendido como uma categoria analítica de natureza totalizadora e de múltiplas determinações. É uma categoria abstrata, que se refere aos processos de natureza visível, como espaço construído, e invisível, como o espaço social. O espaço construído pode ser observado em suas formas aparentes e materiais; refere-se aos espaços arquitetônicos e está escrito nos objetos que compõem o processo de ocupação do território. Nele podemos identificar diferentes escalas de natureza local, regional, nacional e global (Egler, 2003a).

O espaço social é aquele que é percebido entre os indivíduos que participam de um coletivo. É de natureza imaterial, refere-se aos vínculos que traçam as relações entre os indivíduos e a sociedade e que formam o tecido social. Que se representam através de fios invisíveis, de natureza comunicativa que fazem a coesão social, é a cola que reúne os homens em lugar comum. Podemos ler diferentes esferas do tecido social, onde se realizam coletivos específicos, cujo objeto de ação é a produção econômica, a organização política e a vida social (Egler, 2003b).

* Arquiteta, FAU/USP. Mestre pelo PUR/COPPE/UFRJ. Concluiu o Doutorado em Sociologia USP. Professor Adjunto do IPPUR/UFRJ. Pesquisadora nível C, do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). Coordenadora do laboratório "Estado, sociedade, tecnologia e espaço".

Nessa aula, o objetivo é fazer emergir o espaço social para tornar visíveis suas formas invisíveis e compreender de que forma as políticas urbanas têm o poder de determinar as funções sociais do espaço. Para avançar nessa reflexão, serão estudados os conceitos de espaço, o papel da comunicação na formação da coesão social e a realidade da vida cotidiana para avançar nos processos de “diferenciação” e “distribuição”, que se formam a partir de propriedades que atuam nesse universo social. O estudo será focado no contexto da globalização visando desvendar os reais interesses que atuam no campo das políticas urbanas, que têm o poder de definir quem está “fora” e quem está “dentro” desses espaços.

Metodologicamente, o trabalho está estruturado de forma a apresentar os principais temas que estruturam a problemática e identificar os conceitos que podem servir de importantes ferramentas de análise para a compreensão dos processos de transformação do território, dadas no contexto da globalização.

A aula está estruturada em três grandes temas de reflexão: um primeiro que garanta a visibilidade ao espaço social; um segundo, que compreenda o contexto histórico da globalização e seus efeitos sobre as políticas urbanas locais; e um terceiro que reflète sobre as possíveis alternativas de emancipação.

O nosso objetivo é tornar claras as políticas urbanas no contexto da globalização e demonstrar como ele se constitui em uma estratégia com o objetivo transformar o uso social do espaço em benefício da ação das corporações globais e de suas elites. Trata-se de compreender como as políticas urbanas globais têm o poder de banir as redes sociais que formam o espaço local, para avançar na análise das possibilidades de formas de ação coletiva que alterem a dominação global sobre a vida social.

ESPAÇO SOCIAL: IDENTIDADE, COESÃO E EXCLUSÃO

A primeira advertência é observar o espaço social por fora do sistema econômico, isso significa que estamos trabalhando numa análise que afasta a interpretação do social como uma derivação do econômico, do mundo fabril, da classe trabalhadora. O objetivo é encontrar um social que forma a totalidade dos seus processos econômicos, políticos e culturais, ou seja, uma categoria analítica hierarquicamente totalizadora, posicionada num patamar acima das disciplinas fragmentadas das ciências sociais.

Quando nos referimos ao social, estamos observando as relações de interação estabelecidas entre os homens e que constituem uma totalidade de pessoas, formando um ser coletivo em direção a um objeto comum de ação. O espaço social é formado por uma multiplicidade de

campos que formam e conformam a totalidade do universo social. Ele pode ser lido em sua dimensão cultural, como aquele que se refere à formação do coletivo, que resulta das formas de pensar em comum. Pode também ser resultante de um processo econômico, como, por exemplo, uma fábrica na qual o conceito de trabalhador coletivo pode tornar claro como este é referido ao coletivo de homens que trabalham em direção a um objeto comum de produção de mercadorias. E assim por diante, podemos ler o social na esfera política quando nos referimos às diferentes formas de organização, como os partidos, os sindicatos, os movimentos sociais. Em cada esfera vamos encontrar essa multiplicidade de seres coletivos formando o tecido social.

O tecido social é feito de fios de comunicações que constituem o ser coletivo, o homem agindo em consonância. É a comunicação que permite o lugar comum, que dá o mesmo sentido ao mundo e à ação; que cria os fios invisíveis que ligam os homens; que permite a criação de um lugar imaterial e invisível, unindo e dividindo os homens. É ela, também, que permite a formação das identidades e alteridades; que integra e desintegra; que produz consenso e dissenso; que define quem participa e quem não participa, quem está dentro e quem está fora. Estamos, portanto, falando da existência dos homens sobre a terra e de suas formas de interação social. Não existimos individualmente, apenas socialmente.

Podemos tomar como um bom exemplo a loucura, que resulta exatamente da impossibilidade de participar do mundo social nele mesmo. Por exemplo, o autismo é uma condição na qual o sujeito está voltado apenas para o seu mundo interior e objetivo, onde o mundo social e real inexistem em sua subjetividade. A doença é exatamente essa impossibilidade de ver o mundo social, de produzir uma exclusão a partir de sua própria subjetividade. Compreendemos que, quanto maior a possibilidade de ver o social e interagir com ele, mais possibilidades haverá de entender e de viver no mundo, e maior será a capacidade de participar e interagir no espaço social.

De qualquer forma os homens movem-se juntos nesse ser envolvente (Arendt, 1993). Esse ser coletivo que se move resulta de um poder de coesão, que nos ajuda a compreender as diferentes posições dos indivíduos nos grupos sociais. O conceito de coesão é derivado da química e se refere ao poder de fusão das matérias físicas. A aplicação desse conceito das ciências exatas no espaço social é importante porque nos mostra como é possível pensar que existem processos que fusionam, fundem, integram as pessoas, que, unidas, formam os diferentes grupos sociais. Dessa forma, é um processo que une e forma um espaço composto por iguais e, ao mesmo tempo, exclui os diferentes.

O poder é exatamente essa capacidade de dar um sentido comum para a ação do ser coletivo e resulta da concordância dos homens, indicando-nos a importância do “nós” e do agir em conjunto visando as coisas do interesse coletivo no espaço público. Esse conceito de Arendt (1993) é fundamental na nossa construção, porque nos ajuda a entender como se formam os diferentes grupos que fazem o espaço social e que constitui os homens, que se movem juntos e formam um ser para além da condição individual.

Essa capacidade de dar o sentido comum da ação pode ser exercida pelo Estado, pela mídia, pelo capital, pelas organizações sociais e pelas pessoas. O Estado, através de suas instituições e seu aparato jurídico, estabelece normas e leis com o poder de mediar as relações entre os homens e possibilitar a coexistência social. A mídia, através do seu poder de comunicação, difunde formas de pensar que produzem uma subjetividade coletiva, conduzindo à ação social compartilhada. O capital, através do seu poder de coerção, produz um coletivo de trabalhadores que formam as condições para a produção coletiva de mercadorias. Os movimentos sociais produzem uma compreensão coletiva das relações de dominação e instala processos e procedimentos que podem lutar pela sua superação. As pessoas, através de sua ação discursiva, podem produzir uma determinada percepção e promover uma ação coletiva. Existem diferentes possibilidades de dar um sentido comum para a ação social. O poder é um conceito que permite compreender as diferentes possibilidades de articulação de atores e de processos que fundem as relações de dominação e de libertação.

As condições de sua realização estão associadas ao poder da identidade na formação do tecido social. Para que isso se realize, há de existir o sentido com significado comum ao mundo e às pessoas que participam desse espaço social. A origem da palavra identidade está associada ao *Id*, que significa o ser. A identidade é uma condição dos seres iguais entre si. A alteridade está associada à condição dos seres diferentes entre si, aquele que não é igual, que está posicionado num mundo exterior ao meu mundo, ao nosso mundo – por isso o eu, você e ele. “Eu” refere-se ao *Id*; “você”, aquele que está mais próximo do meu mundo; e o “ele” está posicionado num mundo exterior ao meu mundo.

São esses os processos que criam as relações de inclusão e de exclusão quando os grupos sociais se atribuem poderes superiores de outros grupos. Em todos os casos, os indivíduos “superiores” podem fazer com que os indivíduos “inferiores” se sintam eles mesmos carentes de virtudes – julgando-se humanamente inferiores (Elias, 2000). Isso se deve ao poder de representação simbólica que posiciona os indivíduos a partir de um conjunto de signos que representam os iguais e excluem os diferentes. O que opõe os grupos em posições antagôni-

cas, que determina o que pode ser permitido e o que não pode, é uma aceitação tácita do posicionamento de cada um dos agentes no espaço social. Trata-se de um sentido de distâncias, “a marcar e a sustentar, a respeitar e a fazer respeitar”; e de pensar que as relações de inclusão e de exclusão resultam de relações simbólicas que posicionam os atores em relação aos capitais econômicos, sociais e culturais em busca de um ininterrupto poder de distinção (Bourdieu, 1998). A peça central dessa representação é um equilíbrio instável de poder, que produz tensões inerentes. Um grupo só pode estigmatizar o outro com eficácia quando está instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado está excluído (Elias, 2000).

Trata-se de considerável poder social de constituir os grupos, constituindo o senso comum, o consenso explícito de qualquer grupo e que tem o poder de formar o sentido e dar significado ao mundo, à posição dos agentes e às diferentes classificações que cada um ocupa no espaço social. A explicitação de cada posição é feita de forma ininterrupta, a cada momento da existência acerca do sentido de mundo social e de sua posição nesse mundo, dada por sua identidade social. É um movimento ininterrupto de busca de distinção, de uma singularidade em busca de um posicionamento hierarquicamente superior. O capital simbólico é exatamente um ato de distinção, que funciona pelo constrangimento que contribui para garantir a permanência dessas relações. O capital simbólico se mantém em proporção à legitimidade que recebe de um grupo (Bourdieu, 1998).

Estar “dentro” ou estar “fora” está associado à capacidade que os homens têm de agir em comum, de produzir a integração em direção a um objeto compartilhado de ação, ou seja, do agir coletivo. Integração quer dizer integrar a ação; a ela resulta de uma forma de pensar coletiva, que se realiza no domínio da vida, pela qual se transmitem valores e conhecimentos culturais e possibilita a ação coletiva (Habermas, 1997). Essa forma de pensar está associada aos ensinamentos de Hanna Arendt, ao analisar como o conhecimento antecede a ação, quem sabe é capaz de agir no mundo. A integração é a possibilidade de agir coletivamente e resulta de uma forma de pensar socialmente acordada. Depende, portanto, do conhecimento socialmente produzido e compartilhado. Estamos nos referindo às formas de pensar coletivas, ou seja, da cultura das nações que integram os grupos sociais. Ela se realiza através de uma semântica própria e através de modos de operação determinados no mundo da vida (Habermas, 1997).

A integração é o fundamento da democracia, quando são instalados os discursos sociais que possibilitam processos democráticos que regulam as relações comunicacionais entre as diferentes unidades do espaço social. Quando o consenso aparece como uma condição neces-

sária, está associado ao descenso que permite o equilíbrio do sistema como um todo; se constitui como um ponto, uma linha que estrutura as distâncias e que é reconstruída incessantemente. Isso obriga os atores individuais a observarem o outro e a construírem uma estrutura de valor através de uma gramática própria de interpretação do mundo. Uma comunicação bem sucedida pressupõe que as partes emitam informações importantes, de forma que venham a ser lidas e compreendidas. Para tanto, o desafio é produzir compatibilidade entre jogos de linguagem, uma vez que a linguagem se vincula a diferentes realidades e projetos de mundo. A estrutura da ordem social está vinculada à gramática de suas informações compreensíveis (Habermas, 1997).

Por isso é que a importância da democracia permite o aperfeiçoamento da convivência humana, através do exercício de uma gramática que permita a organização da sociedade e de suas formas de compreender, interpretar e decidir sobre o futuro compartilhado. A democracia é lida aqui como prática social e não apenas como método de constituição de governos indicados através de eleições. O que se entende por democracia é uma prática cotidiana, de ação ininterrupta e exercida no mundo da vida pelos atores que compõem as diferentes instancias do espaço social. Ali, onde se constitui a esfera pública, é possível que as pessoas possam problematizar em público uma condição de desigualdade na esfera privada. É uma forma de exercício coletiva do poder, num processo livre no qual seja possível apresentar soluções entre iguais e capaz de reinventar a emancipação social (Habermas, 1997; Santos, 2003).

ESPAÇO SOCIAL E TRANSFORMAÇÃO URBANA

A centralidade do espaço social na nossa reflexão deve-se ao nosso objeto de investigação, que procura desvendar os processos de transformação do espaço urbano. Na literatura, vamos encontrar dois posicionamentos sobre o tema: um primeiro que valoriza as determinações econômicas dos processos espaciais; e um segundo que observa a importância da sociedade e seus sujeitos sociais. Temos, então, um debate entre aqueles que acreditam que a cidade plasma os processos econômicos que lhe deram origem; e um segundo que reconhece a importância dos sujeitos, de suas práticas sociais e de sua capacidade criativa. Isso é muito importante porque conduz a nossa análise ao entendimento dos processos de transformação dos espaços urbanos.

Na primeira forma de pensar, acredita-se que o processo econômico produz e reproduz as possibilidades de ação social. Essa forma de pensar observa o mundo do dinheiro e seus resultantes espaciais. Os resultados dessa formulação compreendem que as determinações do espaço urbano resultam de processos objetivos, nos quais o sujeito

social não existe. O primado da ideologia governa a prática social e transcende a história das formações sociais, na qual a ação social é compreendida como sujeita a uma estrutura dominante, sendo que não existe sujeito criativo (Carnoy, 1986).

A forma de pensar é assim: a ideologia dominante molda a ação dos indivíduos que estão destituídos de sua capacidade de construir e transformar o mundo. A capacidade de ação dos homens é delimitada pela ação do Estado, que, por sua vez, define essa liberdade e que, por sua vez, é limitada pela história. Sendo que o Estado, através do exercício de seu poder, molda a vida dos homens em sociedade, papel que lhe dá um lugar de destaque no processo de transformação social. O urbano aparece, então, como subordinado à ação do Estado, que cria e recria as condições para o exercício da vida social.

A segunda forma de pensar centra sua formulação na compreensão de que o sujeito é intérprete da história, e o espaço urbano resulta de sua capacidade de criação, construção e ação relacional. Nessa formulação, a ação social emerge como uma condição que, antes de ser subordinada ao exercício do poder de Estado, tem sua própria autonomia e autodeterminação, na qual o sujeito cria as condições de sua própria existência e o foco está no mundo das pessoas de verdade. Sendo que são elas que criam os espaços sociais que constituem os espaços econômicos e materiais (Léfèbvre, 1991).

A vida cotidiana passa a ter um lugar de destaque, porque o foco analítico está centrado no cotidiano, composto nas palavras de práticas cotidianas. Estas podem ser lidas no trabalho e fora dele, nas formas de viver, de habitar, de ser, de realizar atividades criadoras, de produzir (no sentido mais amplo), de condições nas quais as atividades se reproduzem em si mesmas, onde começa e recomeça a vida, que se transforma por modificações graduais. Daquilo que é possível alcançar (Léfèbvre, 1991).

Há, portanto, duas formulações: uma primeira, que compreende o mundo como resultante de uma estrutura que é independente da ação humana e resulta, sobretudo, da ação capitalista e do Estado, que cria, produz e controla a ação social. E uma segunda, que foca o social nele mesmo e que reconhece a importância de sua ação na formação, constituição e interação no mundo da vida cotidiana. A derivação das teorias para o espaço urbano é imediata: a primeira desconhece as práticas sociais de construção do espaço, simplesmente porque não vê e não crê no social nele mesmo; e uma segunda que busca, nas lentes sociológicas, o foco da compreensão, que desvende a importância dos sujeitos na construção do espaço social (Egler, 2003b).

GLOBALIZAÇÃO, ESTADO E SOCIEDADE NA TRANSFORMAÇÃO URBANA

Essa distinção é importante para o campo do planejamento urbano e regional. Com o intuito de os processos espaciais serem entendidos, é preciso compreender a ação social. Para se entender a natureza das políticas urbanas no atual processo espacial, a nossa referência analítica deve se debruçar sobre a relação Estado/sociedade no contexto da globalização e examinar como o Estado produz políticas de intervenção associadas a uma compreensão singular, privada, que produz a defesa de interesses individuais sobre o espaço urbano.

O nosso curso já se debruçou sobre os processos de globalização, que não serão retomados aqui; interessa-nos saber que as políticas urbanas são decisivas no processo de globalização. O nosso objetivo é examinar a lógica perversa que conduz à ação de transformação do uso do solo local em espaço global. A nossa reflexão pode se dar a partir da compreensão do processo de globalização e seus efeitos sobre o espaço urbano (Bauman, 1999). Primeiro importa observar que o processo de globalização tem dois movimentos principais: um primeiro que transforma a dinâmica dos fluxos de mercadorias e pessoas; e um segundo que desloca a produção de mercadorias da produção material para a produção imaterial e simbólica. Isso é muito importante, porque nos ajuda a perceber que, na atualidade, a produção simbólica atinge com força as políticas urbanas locais. Os espaços urbanos se transformaram numa forma edificada que contém em si mesma os símbolos que distinguem quem pode se beneficiar e quem não pode, quem pode participar e quem não pode, quem está “dentro” e quem está “fora” (Bauman, 2002).

O processo de globalização se realiza através da invenção de um novo suporte técnico dado pelas novas tecnologias de informação e comunicação que alteram a dinâmica de realização de fluxos de dinheiro, mercadorias, pessoas e informações que transformam a dimensão espacial. Explico: quando Milton Santos nos faz ver que o espaço é formado por objetos, fluxos e ações, ele nos ajuda a entender que, para cada momento histórico, nós vamos observar formas particulares de realização dessas relações. O fato é que, no contexto da globalização, nós estamos diante de novas formas espaciais que transformam as relações espaço-temporal. Isso significa que foi inventada uma nova escala global, um novo espaço que se sobrepõe ao espaço urbano e que o transforma. É uma rede formada por fragmentos de lugares articulados por fluxos comunicacionais formando uma rede de cidades globais (Egler, 2005a).

As cidades se transformam em objeto de consumo, para o deleite das elites que participam da rede global de cidades. Essa é a razão que

faz do sistema do turismo internacional um dos pilares do processo de globalização. A possibilidade de viajar pelo mundo, conhecer diferentes lugares e circular pelas cidades se transformou em objeto de consumo, que posiciona indivíduos nos grupos com o direito de participar do sistema global, consumindo bens simbólicos que sustentam a sua distinção – como está expresso na compreensão que foi escrita por Bourdieu (1998).

O mais dramático é que esse processo redefine o uso social do espaço e, além de estabelecer novas relações de apropriação em benefício das elites globais, ele exclui os grupos sociais que fazem parte da história do lugar (Bauman, 1999). O argumento é que a circulação de moeda internacional não permitiria o investimento em atividades econômicas associadas ao turismo internacional, o que, por sua vez, levaria à criação de empregos e ao desenvolvimento social.

Na verdade, o que acontece é que a política urbana é uma das estratégias mais importantes do sistema de dominação global. O estudo das políticas urbanas globais plasma no espaço construído os interesses que lhe deram origem e revela a verdadeira face do processo de globalização. Ou seja, há um processo de dominação que se sustenta em uma dupla determinação: de um lado, as corporações e as elites globais; e de outro, os governos locais e os habitantes da cidade. Essas inter-relações só ocorrem porque os governos locais se subordinam aos interesses globais. A dupla determinação da dominação, muito conhecida na literatura, é referida, em todos os campos, como uma relação de duas faces: o dominador existe porque é reconhecido como tal pelo dominado. É uma relação social de dominação, por um lado, e de subordinação, por outro; a primeira não existe sem a segunda (Egler, 2005b).

A lógica da política urbana corresponde à seguinte estratégia: cria-se, pela ação das agências internacionais, como a ONU e a UNESCO, através de uma produção cultural, uma imagem que produz uma forma de pensar, “uma subjetividade coletiva” que valoriza a oportunidade de conexão da cidade ao sistema de cidades globais (Ribeiro y Silva, 2004).

Realizados os planos e projetos de construção e a revitalização das localidades, esses projetos são contratados nos escritórios de agências globais, que respondem pela produção de uma arquitetura com signos que representam o imaginário do mundo globalizado. Para a realização desse processo de construção, são captados recursos no sistema financeiro internacional, somados à dívida externa.

A construção do marco edificado é realizada localmente, mas os custos serão pagos por toda a sociedade. Essa construção se destina aos interesses da política ditada pelas agências de financiamento global, em benefício dos homens e mulheres que fazem parte do circuito interna-

cional, restando aos habitantes da cidade a dívida a ser paga com “suor e lágrimas” e em nome do desenvolvimento social local (Egler, 2005a).

OS EFEITOS DAS POLÍTICAS URBANAS SOBRE O ESPAÇO SOCIAL

Conhecemos bem os limites dessas teses. A novidade é que se levantam empréstimos internacionais acumulando nossa dívida. No entanto, são recursos orientados para a construção de espaço que responde com um conjunto de signos representando interesses alheios ao lugar. Nessa estratégia pelo poder de dominação, é produzida uma espacialidade para abrigar práticas sociais que excluem as comunidades locais dos códigos de sua existência cotidiana. Produz uma separação extrema entre a minoria, que se move nos espaços globais, e a maioria, que vive em extrema pobreza nas comunidades.

Essas são as novas estratégias de dominação, agora não mais associadas ao exercício do poder sobre o espaço construído, mas sobre o espaço simbólico. E o poder de fazer “ver e crer” representa a invenção de novas estratégias de dominação, agora de elites que exercem o poder sobre a existência cultural (Egler, 2005a).

Na realidade, o que observamos é que a destruição das redes sociais anteriores às políticas globais rompe com os espaços de coesão social que a antecedem e bane as redes sociais existentes. Ela produz o esgarçamento do tecido social, abrindo caminho para o exercício da violência, interna e externa. São projetos que desintegram o tecido social precedente e inauguram uma nova estratégia de exclusão das pessoas pobres que habitam a localidade.

ALTERNATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Em vez de procurar o desenvolvimento mediante uma criação de origem global, mais simplesmente é necessário amparar a ação das pessoas que participam do social na escala do lugar, nas múltiplas ações que se inscrevem nas diferentes esferas econômica, política e cultural. É necessário focar diretamente o próprio objeto social que se deseja alcançar, considerando os valores dos trabalhadores nos lugares e a riqueza de seu cotidiano. Trata-se de um desafio: transformar a pobreza em riqueza e criar condições para transformar o trabalho criador em riqueza socialmente produzida, porque só a atividade criativa produz a riqueza social. Esta não resulta, necessariamente, de atividades econômicas, mas está escrita nas atividades culturais e políticas. A prosperidade é social quando todos podem estar incluídos nos processos de criação da subsistência corporal e espiritual. A exclusão aniquila a criatividade e forma um coletivo passivo e infeliz (Léfèbvre, 1991).

Enquanto perdurarem projetos de transformação associados aos sonhos faraônicos de dirigentes e criadores que excluem o social de sua

observação, deverão perdurar os erros que fazem a história das políticas sociais. A crítica é porque as políticas têm por objeto de ação uma estratégia que observa o mundo do dinheiro, enquanto o mundo das pessoas de verdade desaparece e não é considerado (Léfèbvre, 1991). As políticas urbanas globais estão associadas a uma ação que ignora a riqueza da vida no lugar. É preciso examinar a forma como empregamos os recursos sociais para que retornem à sociedade e não para que reforcem os interesses exteriores ao mundo de verdade.

As políticas globalizadas banem as redes sociais pré-existentes e inauguram novas estratégias de exclusão. Porque elas reinventam as formas de utilização social do espaço, a partir da produção de um espaço que contém símbolos de distinção destinados às elites que participam do sistema global de cidades. Enquanto isso, as condições de uso social do espaço da maioria de homens e mulheres que fazem a história do lugar são destruídas – as redes globais destituem as redes sociais do lugar.

Nessa nova ordem de exclusão, importa questionar a natureza dos processos que lhe dão origem. Essa nova simbologia destinada aos membros exteriores ao mundo de verdade, produz uma nova forma de inclusão e exclusão. Mais claramente, a inclusão está destinada aos grupos que fazem parte do sistema global, enquanto que a renovação do espaço destrói as condições de vida pré-existentes e fragmenta o tecido social no lugar. O resultado desse processo é a atomização do coletivo que faz a história das pessoas do lugar. Ou seja, é exatamente o inverso do que está proposto no discurso que lhe dá origem.

Enquanto as propostas de políticas urbanas globais produzem um discurso que valoriza o atrelamento ao processo de globalização e promete a criação de empregos e de condições de vida, na verdade, ocorre uma destruição das condições anteriores de vida e de trabalho no lugar. O tecido social é destruído, fragmentando sua coesão e produzindo um coletivo de pessoas difuso e desintegrado. Por sua vez, é produzido um processo complexo de tensões entre aquelas pessoas que fazem parte dos grupos incluídos e aquelas que não fazem parte de nenhum grupo e que permanecem excluídos (Elias, 2000).

Para fazer frente ao processo de dominação em curso, é preciso criar condições de coesão social, para aqueles que foram atingidos pelo processo de globalização. É preciso criar grupos sociais capazes de estabelecer uma estrutura de poder que objetive dar um sentido comum à ação, visando transformar as condições de privatização no e do espaço urbano em benefício dos valores das pessoas que habitam a localidade.

Essas lições estão sendo observadas em diferentes cidades da América Latina. Apenas através da ação social coletiva será possível

colocar barreiras aos objetivos implícitos e explícitos do processo de globalização em curso. Para alcançar o exercício de uma vida cotidiana plena, é preciso incluir o que existe no lugar. A realidade é escrita pelas pessoas, nas suas casas e nas histórias de vida. O espaço global desfaz o espaço social da realidade das condições de vida nas localidades. Quando observamos a realidade do mundo social e os projetos imaginários dos criadores dos espaços globais, observamos uma enorme distância entre a realidade e a imaginação. Léfèbvre nos adverte que é preciso ir, além disso para entrar no mundo social em si mesmo – este que se quer reconhecer como principal objeto de políticas urbanas para o desenvolvimento social.

Como alcançar esse desígnio? Para responder a essa pergunta é preciso propor formas alternativas de ação política que possam ampliar a participação cidadã nos processos de gestão das cidades. O que se quer fazer pensar é que a política e o seu exercício devem ser de responsabilidade do corpo social. Para propor formas alternativas de governo, é preciso pensar em novas formas de interação. Essa é a questão que nos propomos a debater para entender que somente através de formas alternativas de resistência e de participação será possível reinventar a emancipação social e criar alternativas à lógica do capital global.

BIBLIOGRAFIA

- Arendt, Hannah 1993 *A dignidade da política* (Rio de Janeiro: Relumê-Dumará).
- Bauman, Zigmunt 1999 *Globalização: as conseqüências humanas* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar).
- Bauman, Zigmunt 2002 *Comunidades* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar).
- Bourdieu, Pierre 1998 *O poder simbólico* (Rio de Janeiro: Bertrand).
- Carnoy, Martín 1986 *Estado e teoria política* (Campinas: Papirus).
- Egler, Tamara Tania Cohen 2003a “Espaço e coesão social” em Barrenechea Miguel Angel y Gondar, J. *Memória e espaço: trilhas do contemporâneo* (Rio de Janeiro: Sete Letras).
- Egler, Tamara Tania Cohen 2003b “O espaço social na metrópole”, Seminário Nacional Região Metropolitana: Governo Sociedade e Território, UERJ, novembro.
- Egler, Tamara Tania Cohen 2005a “Políticas urbanas globais e resistência social na Zona Portuária” em *Anais do XI Encontro Anual da ANPUR* (Salvador).

- Egler, Tamara Tania Cohen 2005b “Políticas urbanas globais para espaços locais” em *Economia, sociedade e território*, Vol. 5, Nº 17, janeiro-junho.
- Elias, Norbert 2000 *Os estabelecidos e os outsiders* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar).
- Habermas, Jürgen 1997 *Direito e democracia. Entre facticidade e validade* (Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro) Tomo I.
- Léfèbvre, Henri 1991 *A vida cotidiana no mundo moderno* (Madrid: Alianza).
- Ribeiro, Ana Clara Torres y Silva, Catia Antonia da 2004 “Impulsos globais e espaço urbano: sobre o novo economicismo” em Ribeiro, Ana Clara Torres (comp.) *O rosto urbano da América Latina* (Buenos Aires: CLACSO).
- Santos, Boaventura de Sousa 2003 *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira).

